

SIM

O ATUAL PROCESSO DE EXPANSÃO DO ENSINO

Precisamos garantir a atual expansão, mas aperfeiçoando a qualidade

Prof. Clovis Renan Jacques Guterres

Departamento de Fundamentos da Educação da UFSM



Já respondi afirmativamente a essa questão no *Jornal da SEDUFMS* do mês de setembro. Em primeiro lugar, por princípio, uma vez que nesses quase 30 anos de Movimento Docente temos defendido sistematicamente o Ensino Superior Público, Gratuito e de Qualidade. Em segundo lugar porque durante esse mesmo período a privatização do ensino superior atingiu níveis extremamente elevados enquanto o ensino superior público permaneceu praticamente estagnado.

Historicamente só podemos falar de expansão do Ensino Superior no Brasil a partir de 1945. Antes, apenas instituições isoladas no século XIX e universidades, só a partir de 1920 a começar com a Universidade do Rio de Janeiro. Ao todo, antes de 1945 foram criadas seis universidades, cinco públicas e uma universidade privada, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. No período de 1945 a 1964 foram criadas dezenove universidades públicas, dezessete federais e duas estaduais e doze universidades privadas. No período de 1964 a 1985 (ditadura) foram criadas 36 universidades públicas, 14 federais, 16 estaduais e 26 universidades privadas. E, finalmente, após a ditadura, no período de 1986 a 1995, duas universidades federais e três universidades estaduais e, ironicamente, foram criadas

21 universidades privadas. Mas, a maior expansão do setor privado se deu através de instituições isoladas de ensino superior. Para se ter uma idéia mais concreta, veja-se a evolução da matrícula no ensino superior: década de 50 mais ou menos 44.000; década de 60 96.691; década de 70 - 425.478; década de 80 1.377.286 e, em 1994 1.5945.668 matrículas. Em 1960 as matrículas no setor privado representavam 43,5% e em 1980 62,4%. Os dados de 2003 no revelam um total de 3.887.771 matrículas, 1.137.119 n setor público 29,2% e, 2.750.652 no setor privado representando 70,7%.

Como rejeitar a expansão frente a dados tão contundentes? Acho que no momento temos que assegurar essa política de expansão e lutar pela sua consolidação e, num segundo momento, cobrar que tal expansão não prejudique o atual e nem se desenvolva sem qualidade.

Na verdade essa política decorre do que foi aprovado no Plano Nacional de Educação. Podemos, obviamente, discordar das alternativas encontradas para viabilizá-la: PROUNI, Sistema de Cotas, Educação a Distância e a criação de Novas Universidades Públicas.

No que diz respeito ao PROUNI, man-

tenho todas as críticas já feitas em outros textos ou palestras, mas é inegável que entre o procedimento anterior e o atual, este apresenta resultados mais concretos uma vez que aumenta o acesso ao ensino superior, principalmente para aqueles que não tendo sido selecionados nas universidades públicas, não teriam como se manter em instituições privadas.

O Sistema de Cotas, embora fundamentado no argumento da “reparação social” é objeto de profundas divergências sejam de caráter étnico, sejam de caráter ideológico. É óbvio que, se o sistema fosse justo não haveria necessidade de “cotas”. E, os negros e os índios não são os únicos marginalizados, mas milhares de pardos e brancos aglomerados nas periferias das grandes cidades ou nos extremos do interior deste enorme País. Cotas sociais faz mais sentido, é bem verdade. Mas, se vamos esperar que se estabeleça um sistema mais justo que universalize o acesso a todos os ex-

cluídos, certamente, demandará tanto tempo que as atuais gerações não poderão usufruir de tal benefício. É certo, que por princípio devemos lutar por uma sociedade mais justa e um sistema educacional que assegure a todos o acesso ao ensino superior, mas enquanto não construímos o cami-

nho ideal não podemos fechar o atalho que pode beneficiar e fazer justiça às atuais gerações.

Sobre a Educação a Distância pesa a inevitável suspeita de perda de qualidade do ensino apesar da sofisticação tecnológica na qual se sustenta. É uma modalidade que pode ser adequada para atualizações ou especializações de determinadas áreas, mas cursos de graduação ou mesmo de pós-graduação exigem um ensino mais presencial. Entretanto, o Governo está investindo pesadamente e os diplomas ou certificados serão equivalentes aos dos cursos presenciais. Representa, gostemos ou não, um aumento na oferta de vagas no ensino superior e a procura é grande.

A construção de Novas Universidades

Públicas é certamente a alternativa mais debatida no momento, criticada como irresponsável e eleitoreira por alguns, mas saudada por outros. Para o primeiro grupo a “expansão não estaria levando em conta critérios técnicos, ou seja, implementada sem dotação de recursos financeiros e humanos compatíveis com um ensino público de qualidade e socialmente referenciado”. Em contraposição, um dirigente baiano (APUB) “destacou que em seu estado, a implementação da Universidade do Recôncavo levou em conta a aspiração da comunidade, com a realização de concurso público” (*Jornal da SEDUFMS abril/2006*). Se levássemos em conta as “condições ideais” certamente a UFSM não teria sido criada.

É claro que nos preocupa a qualidade das novas universidades com problemas de prédios locados ou em construção, professores e técnicos recém concursados. Mas, é impossível ignorar a importância, por exemplo, da criação da UNIPAMPA para a metade sul do Estado com 10 campi e uma previsão de 12.500 alunos para 2010. Acredito que a importância é a mesma ou talvez maior para outras regiões do País onde outras universidades estão sendo criadas ou desmembradas como campus de outras universidades. Não é só uma ampliação de vagas, mas a criação de novas instituições, incluídas no orçamento da União, que retoma o processo de expansão do ensino superior público antes estagnado.

Podemos criticar tudo, discordar de tudo o que foi feito, mas tenho certeza de que todos aqueles que foram contemplados com as vagas do PROUNI, do Sistema de Cotas, da Educação a Distância ou da Construção de Novas Universidades Públicas não vão concordar conosco porque não buscam fórmulas ideais, mas oportunidades reais de acesso ao ensino superior gratuito e de qualidade.

Aposto mais na criação de novas universidades públicas do que nas alternativas anteriores que tenderão a desaparecer ou serem minimizadas à medida em que a política de expansão das universidades públicas se consolide.

“Se esperássemos as condições ideais, a UFSM não existiria”